

APADEP

em Notícias



Associação Paulista de
Defensores Públicos

www.apadep.org.br | Ano V - n° 25 - Julho | Agosto | Setembro de 2012

[EDIÇÃO ESPECIAL]



ELEIÇÕES
MUNICIPAIS
SÃO PAULO
2012

ATUAÇÃO DA DEFENSORIA
MORADIA DIGNA
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



Os candidatos à Prefeitura de São Paulo respondem
sobre temas pertinentes à atuação da Defensoria Pública

ENTREVISTA

O Secretário-Geral da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Pablo Saavedra, contextualiza e avalia a participação da Defensoria Pública brasileira na Corte Interamericana

IAMSPE

APADEP obtém decisão do Tribunal de Justiça de SP suspendendo a cobrança ilegal do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE)

EXPANSÃO

O PLC 27/2012, que cria mais 400 cargos de Defensor Público no estado de SP, já recebeu parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de SP (Alesp)



No início de outubro 140 milhões de brasileiros irão às urnas escolher o próximo prefeito de sua cidade. Na maior cidade do país, 8,6 milhões eleitores decidirão o futuro da Prefeitura Municipal de São Paulo. Mais que em qualquer outro pleito, é na eleição municipal que as políticas públicas do cotidiano são mais debatidas, com reflexo direto na vida da população carente e, por conseguinte, na estratégia de atuação da Defensoria Pública.

No intuito de fomentar a reflexão, alguns destes temas foram escolhidos pela APADep para que sejam conhecidas as opiniões dos candidatos. Escolhemos temas que dão a relevância da atuação da Defensoria Pública no Município de São Paulo, como o manejo das obras de grande impacto para os jogos da Copa do Mundo em 2014 e a política de combate à violência contra a mulher. Também solicitamos aos candidatos que fizessem uma avaliação sobre a atuação da Defensoria Pública na cidade.

Nesta edição da revista também apresentamos uma entrevista com o Jurista Pablo Saavedra, atual secretário-geral da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ele esteve em Fortaleza (CE) no último mês de agosto, participando do V Congresso da AIDEP (Associação Interamericana de Defensorias Públicas) e tece importantes esclarecimentos sobre a atuação da Corte, mecanismo fundamental

de proteção dos Direitos Humanos no nosso continente.

Também informamos nesta edição que o PLC 27/2012, que prevê a criação de mais 400 cargos de defensor público no estado, recebeu parecer favorável da deputada Maria Lúcia Amary (PSDB), pela Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de SP (Alesp). A nova Diretoria da Associação (foto), que tomou posse no dia 3 de agosto último, agradece o empenho da parlamentar e solicita aos excelentíssimos deputados estaduais que aprovelem de forma mais célere o projeto, primordial para a manutenção e melhoria da defesa dos direitos da população vulnerável exercida pela Defensoria Pública no estado de São Paulo.

Boa leitura!
A Diretoria

EXPEDIENTE

Esta revista é uma publicação da Associação Paulista de Defensores Públicos (APADep) | Distribuída gratuitamente



APADep

Associação Paulista de Defensores Públicos

Presidente

Rafael Português

Vice-Presidente

Bruno Napolitano

Diretoria Administrativa

Carolina Nunes Pannain e Tatiana Semensatto de Lima Costa

Diretoria Financeira

Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e Daniele Cristina Barbato

Diretoria Jurídica

Félix Ricardo Nonato dos Santos e Bruno Girade Parise

Diretoria de Assuntos Legislativos

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa e Pedro Pereira dos Santos Peres

Diretoria de Relações

Institucionais e Comunicação

Fabrizio Bueno Viana e Tatiana Mendes Simões Soares

Diretoria de Articulação Social

Douglas Tadashi Magami e Andrew Toshio Hayama

Diretoria de Previdência e Convênios

Felipe Capra da Cunha e Clarissa Portas Baptista da Luz

Diretoria de Assuntos do Interior

Wagner Ribeiro de Oliveira e Bruna Molina Hernandez da Costa

Diretoria Social e Cultural

Fernanda Correa da Costa Benjamin, Douglas Ribeiro Basílio e Danilo Mendes Silva de Oliveira

Jornalista Responsável

Lucas Krauss
MTB: 54647

Estagiário de Comunicação

Pedro Lucas O. dos Santos

Diagramação

Indika Comunicação

Fotos da capa

Divulgação das candidaturas



FALE CONOSCO

Mande dúvidas, sugestões, críticas ou comentários para apadep@apadep.org.br

Avenida Liberdade, nº 65 Cj.303.
CEP: 01503-000 São Paulo / SP
Tel/fax: (11) 3107-3347



O QUE OS CANDIDATOS À PREFEITURA DE SP PENSAM SOBRE O DIREITO A MORADIA? E SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES?

As eleições na maior cidade da América Latina chegam à reta final. Leia as respostas dos candidatos sobre temas pertinentes à atuação da Defensoria Pública

No próximo dia 07 de outubro, os mais de 8,6 milhões de eleitores da cidade de São Paulo votam no 1º turno das eleições 2012. Diversos temas que acompanham o dia-a-dia dos defensores públicos paulistas estão interligados, sob vários aspectos, à atuação da Prefeitura Municipal. Alguns destes temas foram escolhidos pela APADEP para que sejam conhecidas as opiniões dos candidatos. Por exemplo: a cidade de São Paulo vai sediar a abertura da Copa do Mundo em 2014 e os despejos e desocupações - atuais e futuros - preocupam a Defensoria e os movimentos sociais. Já com relação à violência contra a mulher, a cidade registrou apenas em um mês, dezembro de 2011, 18.783 ocorrências, sendo que 16.657 dessas envolveram crimes de lesão corporal dolosa e ameaça (dados da Secretaria de Segurança Pública). Também colhemos a avaliação dos candidatos sobre a atuação da Defensoria na cidade.

O tamanho dos textos e o prazo para envio das respostas foram estabelecidos de forma equânime. Tanto na capa desta edição quanto a colocação das respostas nas páginas seguintes respeitaram ordem alfabética, de acordo com os nomes que constarão nas urnas. Confira a seguir as entrevistas concedidas, por email, por 11 dos 12 pretendes ao cargo. A APADEP espera ter cumprido, assim, seu papel de fomentadora dos debates, visando melhores condições de vida aos usuários da Defensoria Pública na cidade de São Paulo.

ATUAÇÃO DA DEFENSORIA

Prezado candidato, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi criada em 2006 e vem sendo reconhecida nacionalmente por seu desempenho.

Qual a avaliação de Vossa Excelência da atuação da Defensoria Pública atualmente na cidade de São Paulo e como avalia sua participação no contexto da desigualdade social paulista?

MORADIA DIGNA

Com a proximidade dos grandes eventos a serem realizados no Brasil, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, a questão da moradia digna vem sendo preterida, geralmente em prol do “sucesso” de tais eventos. Na cidade de São Paulo, diversos despejos e desocupações estão em curso e o número da população de rua já chega a 15 mil pessoas.

Como pretende tratar das responsabilidades da Prefeitura relacionadas a estes casos? Como irá lidar com a questão da moradia se for eleito prefeito?

PERGUNTAS

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo realiza cotidianamente centenas de atendimentos relacionados à violência doméstica na cidade de São Paulo. Os índices de violência, entretanto, crescem, apesar das melhorias com a Lei Maria da Penha.

Qual será sua política na Prefeitura para solucionar a vergonhosa questão da violência contra as mulheres no município?



ANA LUIZA (PSTU)

ATUAÇÃO DA
DEFENSORIA

São Paulo é a cidade mais rica do país, mas a desigualdade e a discriminação só crescem. Direitos trabalhistas desrespeitados; incêndios nas favelas sem investigação conclusiva; cerca de 300 mil crianças de 0 a 3 anos sem vagas nos CEI's (*Centros de Educação Infantil*) municipais, em violação ao ECA (*Estatuto da Criança e do Adolescente*); as salas de aula superlotadas nas escolas públicas; o tempo de espera abusivos para atendimento em hospitais públicos e para consultas médicas e exames laboratoriais; a mercantilização do corpo da mulher; a violência policial contra jovens negros e da periferia e as agressões homofóbicas que seguem impunes. Isso demonstra a insuficiência da atuação da Defensoria e demais órgãos públicos.

“Pressionar o governo do estado a abrir Delegacias da Mulher que funcionem 24h por dia e 7 dias por semana em todas as Subprefeituras”

MORADIA
DIGNA

Hoje as obras para a Copa e Olimpíadas servem de justificativa para expulsar os moradores pobres, favorecendo a especulação imobiliária. Defendemos que o direito à vida (e portanto à moradia digna) é superior ao direito de especuladores imobiliários operarem. Por isso defendemos que, antes de realizar qualquer obra da Copa ou das Olimpíadas, é necessário levantar todos os moradores e pequenos comerciantes afetados e negociar com eles as medidas necessárias para que seus direitos à moradia e à vida digna estejam integralmente preservados. Para combater a especulação, defendemos a desapropriação de todos os imóveis vagos há mais de um ano e sua destinação para a moradia popular.

VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER

Um governo dos trabalhadores deve prover todos os meios legais para punir exemplarmente os agressores, para estabelecer claramente a todos que toda a agressão contra a mulher será punida. Ao mesmo tempo é necessário assistir as mulheres vítimas da violência sexista: ampliar a rede de casas-abrigo, garantir vagas para todas as crianças nas creches (CEI's), apoio para conseguir trabalho digno são medidas mínimas para assistir as vítimas. Por fim, pressionar o governo do estado a abrir Delegacias da Mulher que funcionem 24h por dia e 7 dias por semana em todas as Subprefeituras. Hoje há poucas delegacias e elas só funcionam no horário comercial.

ANAÍ CAPRONI (PCO)



ATUAÇÃO DA
DEFENSORIA

A Defensoria Pública tem um papel obrigatório de cidadania, pois serve para garantir o direito de defesa da população pobre e dos trabalhadores que não possuem condições de obterem defesa jurídica. Mas os seus serviços deixam muito a desejar, pois há um investimento muito pequeno do Estado na Defensoria diante da dimensão da cidade. Este descaso do Estado com a Defensoria acarreta em um número muito reduzido de advogados para atender a população. Há ainda o fato de serem muito mal remunerados, o que inibe o interesse em exercer tal função.

“Será necessário um projeto de obras públicas de emprego para estas pessoas, que possam inseri-las novamente no mercado de trabalho”

MORADIA
DIGNA

Sobre os despejos das ocupações do centro, incluindo o caso da “Cracolândia” e frequentes incêndios nas favelas, trata-se de uma política organizada do governo para liberar estes espaços para a especulação imobiliária, que está de olho no lucro que será gerado com os eventos esportivos citados. Deve ser feito um amplo movimento popular para a construção de moradias que atendam estes moradores, um projeto de obras públicas de emprego que possam inseri-los novamente no mercado de trabalho. Os moradores de rua devem ser assistidos e dadas condições para que possam ter uma vida digna e não serem tratados como verdadeiros animais pela administração pública.

VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER

A Lei não protege de fato a mulher. Achamos que falta atendimento e orientação especializada além de que boa parte das mulheres são dependentes economicamente, a falta de possibilidades e conhecimento dos seus direitos as mantém presas à situação de violência. A precariedade dos serviços públicos, como saúde e educação, falta de creches etc, também favorece essa cruel realidade. Defendemos criar possibilidades reais, inclusive econômicas, materiais, para que seja dado um passo fundamental para que as mulheres superem e se libertem da situação de violência, do companheiro agressor. É preciso lutar pela emancipação feminina, organizando as mulheres para reagir contra essa violência e exigir do Estado proteção efetiva.

CARLOS GIANNAZI (PSOL)



ATUAÇÃO DA
DEFENSORIA

A Defensoria Pública de São Paulo cumpre um papel importante no atendimento às mulheres que sofrem com violência doméstica, racismo, usuários de drogas. Exemplos também são as constantes denúncias de violações de direitos humanos, em especial na área de moradia. O PSOL defende o fortalecimento do órgão com contratação de mais defensores. Atualmente, o número é insuficiente para dar conta de toda a demanda. Somos contra o projeto de lei que propõe a alteração da gestão do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ) da Defensoria Pública para a Secretaria de Justiça e Cidadania do governo estadual. Na prática essa lei esvazia a Defensoria de recursos e limita suas ações.

“A Defensoria Pública tem tido um papel heróico na defesa dos moradores”

MORADIA
DIGNA

O controle do uso do solo em São Paulo está nas mãos da iniciativa privada, que se articula com a Prefeitura e a Câmara Municipal para garantir que a cidade tenha o desenho mais adequado a seus interesses. Para isso, lança mão de uma política de remoções que não respeita o direito das famílias que vivem em habitações precárias. Essa lógica é reforçada nas regiões onde existem obras para a Copa. A Defensoria tem tido um papel heróico na defesa dos moradores. O PSOL defende uma nova política para remoções que garanta a participação da comunidade atingida nas discussões sobre o processo de remoção e que garanta que as famílias removidas saiam com as chaves da nova habitação, garantida pelo Estado, em mãos.

VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER

É preciso mais investimento em políticas públicas de prevenção da violência contra a mulher. Nós, do PSOL, acreditamos que quanto mais avançarmos na área da educação e na conscientização das mulheres em relação à violência doméstica, menos casos teremos. Por isso, é importante que a mulher tenha total confiança de que pode sair da situação de violência, que terá o apoio do Estado. Para isso, é preciso fazer uma campanha contra a violência doméstica e melhorar os mecanismos de defesa dessas mulheres, para que elas possam, caso queiram, sair de suas casas e criar seus filhos. Muitos casos são remanescentes, principalmente por falta de estrutura para elas. Precisamos reverter essa situação.

CELSO RUSSOMANO (PRB)



ATUAÇÃO DA
DEFENSORIA

Sou fã da Defensoria Pública na cidade de São Paulo. Minha avaliação é a melhor de todas, lutei para vê-la instalada. Depois de sua criação nós vemos a população que não tinha condições de ir à Justiça conseguir defender seus direitos.

“A gente tem que regularizar a situação das comunidades e transformá-las em bairros, ou seja, fazer com que elas sejam urbanizadas”

MORADIA
DIGNA

Desenvolvi um trabalho, ao longo de meu mandato como deputado federal, apoiando uma ONG no Rio de Janeiro chamada “Carinho Solidário”, que vai às comunidades, faz a medição da moradia, junta a documentação, faz uma declaração de posse com a Defensoria Pública do Rio e registra no cartório de posse. A gente tem que regularizar a situação das comunidades e transformá-las em bairros, ou seja, fazer com que elas sejam urbanizadas e tenham todos os serviços que qualquer outra região da cidade tem. Gostaria de realizar esse trabalho em parceria com a Defensoria Pública para garantir o direito à moradia para os menos favorecidos.

VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER

Eu trabalhei na lei Maria da Penha, a defendi no Parlamento do Mercosul e quero garantir políticas públicas à disposição da Defensoria Pública para cuidar das mulheres vítimas de agressão doméstica.



FERNANDO HADDAD (PT)

ATUAÇÃO DA DEFENSORIA

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo tem feito um trabalho de extrema relevância na garantia do Estado de Direito em nossa cidade, beneficiando milhares de pessoas de todas as classes sociais. Nossa gestão irá reconhecer os esforços da Defensoria e buscará seu apoio para materializar propostas importantes ao longo dos quatro anos de mandato.

“Vamos atuar para evitar despejos, reintegrações de posse e outras formas de remoções forçadas de moradores”

MORADIA DIGNA

Vamos atuar para evitar despejos, reintegrações de posse e outras formas de remoções forçadas de moradores. Teremos uma política pautada pelo diálogo e pela negociação com as pessoas envolvidas nesses processos. Nossa gestão vai reinstalar na capital um centro especializado em atenção à população em situação de rua, buscando estabelecer pactos com o Judiciário para reforçar a atenção a crianças, adolescentes e idosos em situação de rua. Além disso, iremos reordenar a rede de albergues conforme dispõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que prevê unidades com no máximo 50 pessoas, integrando as políticas de assistência, saúde e segurança.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Somos muito sensíveis a essa questão. Prova disso é que nossa gestão irá criar a Secretaria de Políticas para as Mulheres, com o objetivo de elaborar, coordenar e articular políticas públicas para as mulheres que permeiem todas as áreas do governo. Ao mesmo tempo, vamos realizar campanhas educativas e priorizar o acesso das mulheres vítimas de violência aos programas sociais, além de implantar programas de enfrentamento e prevenção, multiplicando, ampliando e reequipando os Centros de Cidadania da Mulher, as Casas de Passagem e as Casas Abrigo, sempre em parceria com os demais entes federativos e com organizações da sociedade civil dedicadas a essa importante luta.



ATUAÇÃO DA DEFENSORIA

GABRIEL CHALITA (PMDB)

A Defensoria Pública, apesar de ser uma instituição relativamente recente, já tem uma atuação social marcante. Tem desenvolvido um trabalho extraordinário e é hoje um órgão imprescindível para minimização da desigualdade social no âmbito da Justiça, tanto na capital quanto no interior do estado. Em razão disso, deve ter todo o suporte necessário à ampliação e ao fortalecimento de sua atividade.

“Vamos realizar convênios com o Governo do estado para criar casas-abrigo para a mulher vítima de violência doméstica e seus filhos”

MORADIA DIGNA

A organização de grandes eventos é importante para a economia da cidade, mas não implica necessariamente em descaso com as demais necessidades da população. São Paulo tem 3 milhões de pessoas sem casa ou vivendo em favelas e áreas de risco. Vamos iniciar o trabalho pela retirada das pessoas que estão em áreas de risco. O aluguel social é um instrumento, mas não é a solução. Moradias em áreas irregulares que não são de risco devem ser regularizadas. Os sem-teto precisam ser atendidos em abrigos que respeitem sua dignidade. Muitos moradores de rua não se recolhem aos abrigos da Prefeitura porque não se sentem respeitados. Por fim, vamos aumentar a presença do programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, em São Paulo. A proposta é trocar parte da dívida paulistana com a União pela construção de 60 mil novas casas populares.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A solução para a violência se dá por meio da educação, mas isso leva tempo e não podemos esperar. Vamos realizar convênios com o Governo do estado para criar casas-abrigo para a mulher vítima de violência doméstica e seus filhos. Fornecer assistência psicológica e médica para as vítimas e também para o agressor, cumprindo amplamente aquilo que determina a Lei Maria da Penha. Para além dessa atuação mais específica, acreditamos que a mulher se defende melhor da violência doméstica quando tem independência financeira. Vamos criar creches a fim de zerar o déficit de vagas existente e transformar paulatinamente as escolas em tempo integral, a fim de que a mulher possa trabalhar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão bem cuidados.

LEVY FIDELIX (PRTB)



ATUAÇÃO DA
DEFENSORIA

Há uma relação inequívoca entre pobre e falta de educação, podendo com isso gerar o fenômeno da violência. Os exemplos existem em nossos bolsões de atraso, infelizmente ainda bastante numerosos no Brasil. Apesar da existência de regras e padrões pré-estabelecidos socialmente, é impossível evitar conflitos entre os cidadãos e entre o Estado e os cidadãos. Isto acontece porque o ser humano é de natureza complexa e quando ele trava relações sociais a complexidade afigura-se maior. A educação é o caminho, antes que o país afunde de vez na ignorância, miséria e violência. A atuação da Defensoria na cidade de São Paulo é de excelente qualidade.

“Esta banalização da violência contra a mulher é, talvez, um dos aliados mais fortes de sua perpetuação”

MORADIA
DIGNA

O povo brasileiro considera a educação como principal fator de mudança na sociedade. Por que o governo brasileiro não briga pela educação como faz pela Copa do Mundo de Futebol? Por que futebol e educação sempre jogaram em campos opostos? Melhor fariam, é claro, se pudessem colocar esses recursos para melhorar o atendimento educacional, oferecendo uma solução de raiz, que falta ao Brasil. Portanto, há um enorme desafio para reverter esse quadro, exigindo maior atenção das pessoas responsáveis deste país.

VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER

Aceitar que a violência possa ser banalizada e naturalizada é uma tentativa de diluir o seu impacto, seu terror; de se evadir de seus efeitos, de não se implicar com a existência de suas manifestações e com as possibilidades, por pequenas que sejam, de sua transformação. Esta banalização da violência contra a mulher é, talvez, um dos aliados mais fortes de sua perpetuação. O previsível, porém, é que gente muito desajustada no Brasil sempre consegue acesso desimpedido às armas de fogo. Prefiro fazer uma previsão tristemente óbvia: há um grande número de pessoas por aí que estão acumulando ressentimentos dentro de si, e fora do nosso alcance.

EYMAEL (PSDC)



ATUAÇÃO DA
DEFENSORIA

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo é uma instituição essencial para a construção do Estado Democrático de Direito, para a tutela dos direitos humanos e a garantia do acesso à justiça. A Defensoria Pública é também uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado. O serviço prestado é de excelência e a entidade tem tido uma atuação muito relevante no debate jurídico estadual e nacional. Agir para assegurar direitos é uma importante forma para combater a desigualdade em São Paulo.

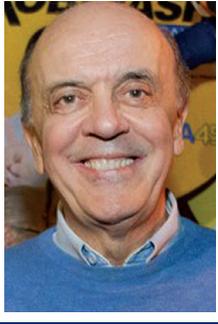
MORADIA
DIGNA

A moradia é um dos problemas a serem enfrentados por parte da Prefeitura com uma forte parceria do Estado e do Governo. São Paulo sempre teve centenas de pessoas vivendo em condições precárias de habitação. A questão da moradia digna é essencial para a vida dos moradores da cidade de São Paulo. Considerando-se a habitação não somente em relação às condições do imóvel em si, mas também no que se refere a seu entorno e ao que ele disponibiliza em termos de equipamentos de saúde, educação e cultura, lazer, transportes, vemos que a precariedade habitacional abrange contingentes ainda maiores da população. Para que São Paulo torne-se sem moradores de rua é preciso traçar algumas prioridades de política habitacional com os seguintes vetores: moradia como direito social, prioridade para baixa renda, articulação da política habitacional com a política urbana, participação popular e controle social, estímulo à autogestão, respeito ao meio ambiente, diversidade de projetos e programas, descentralização, subsídios para baixa renda e criação de novas fontes de recursos.

“A questão da moradia digna é essencial para a vida dos moradores da cidade de São Paulo”

VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER

Apesar do apoio e popularidade conquistados, a lei ainda é aplicada parcialmente, sem falar no aparato insuficiente para garantir assistência às vítimas. Como prefeito irei investir em políticas educativas de esclarecimento a população e intensificar a divulgação dos serviços do Centro de Referência da Mulher, além de desenvolver e aplicar uma Política Municipal de Segurança Pública, voltada para a segurança da mulher.



JOSÉ SERRA (PSDB)

ATUAÇÃO DA
DEFENSORIA

MORADIA
DIGNA

VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER

NOTA DA APADEP:

O candidato José Serra não enviou as respostas, mesmo após reiteradas solicitações junto à sua Assessoria de Comunicação.

MIGUEL (PPL)



ATUAÇÃO DA
DEFENSORIA

MORADIA
DIGNA

VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER

A Defensoria Pública tem um papel cada vez maior na nossa cidade. Reconheço o esforço extraordinário e competente de uma equipe pequena e briosa para as inúmeras pessoas que precisam cada vez mais da Defensoria. Parabéns os que se dedicam a esta grande missão. O crescimento desordenado, desigual e excludente em nossa cidade exige do poder público municipal maior compromisso com esta prestação de serviço, na regularização fundiária, no combate às drogas e assistência aos dependentes e suas famílias, na defesa das crianças e dos adolescentes, nas ações de direito público, trabalhista e civil, em defesa da família, são incontáveis as frentes em que a Prefeitura deve apoiar e fortalecer a ação da Defensoria.

“A Copa do Mundo evidencia o despreparo da atual gestão com a população mais carente”

A Copa do Mundo evidencia o despreparo da atual gestão com a população mais carente, enquanto dá todos os direitos a operações urbanas às empresas que constroem condomínios de luxo. Não faz nada em termos de habitação popular e não é por falta de dinheiro, já que em caixa e nas mãos dos bancos a Prefeitura deixa quase 9 bilhões de reais, o dobro do que gasta em saúde e uma vez e meia o que gasta com educação. Com a metade do que arrecada com leilões das operações urbanas, isto é, 2 bilhões, e mais o “Minha casa, Minha Vida”, pretendo construir 200 mil moradias para a população de baixa renda, pagar indenizações justas nas desapropriações, regularizar a posse de milhares de lares e enfrentar a máfia dos precatórios.

A melhoria das condições de vida é o pano de fundo para diminuir a violência, mas no caso da violência doméstica contra a mulher é preciso ter ações exemplares e educativas, criar e valorizar a Secretaria e o Conselho da Mulher, retomar a política das Delegacias da Mulher, ampliar o programa de assistência à mulher vítima de abusos e violência, avançar na geração de empregos e qualificação para o trabalho e apoiar a ação da Defensoria e da Justiça. Minha esposa Mônica Pimenta é diretora da Federação das Mulheres Paulistas, entidade pioneira em defesa dos direitos da mulher e vai ajudar muito a coordenar esta importante missão.

PAULINHO DA FORÇA (PDT)



ATUAÇÃO DA
DEFENSORIA

Considero a Defensoria Pública uma das maiores conquistas dos cidadãos brasileiros e um importante instrumento da busca da justiça social. Em meu governo quero estabelecer uma parceria de compromisso com a Defensoria Pública para nos ajudar neste quesito Justiça Social para todas as medidas de nossas políticas públicas municipais, principalmente para as questões relacionadas à moradia popular.

“Quero dar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social um papel estratégico para tratar dessa questão”

MORADIA
DIGNA

Pretendo tratar tais questões em parceria com a Defensoria Pública, para que juntos a Prefeitura seja balizada pela justiça social, buscando conciliar com responsabilidade, os interesses (públicos em geral e segmentado em particular) em jogo nestas questões.

VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER

Para as questões da violência doméstica em nossa cidade, quero dar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social um papel estratégico para tratar desta questão, incluindo práticas da Terapia Comunitária em todas as regiões que esta questão for visível.

SONINHA (PPS)



ATUAÇÃO DA
DEFENSORIA

Eu fiz muitos pronunciamentos, quando era vereadora, em defesa da criação da Defensoria Pública, quando só havia auxílio por parte da Promotoria. Hoje encaminho muita gente para a Defensoria e tenho algumas publicações suas como referência.

“No caso da Favela do Moinho, por exemplo, vou edificar moradia popular na ZEIS mais próxima”

MORADIA
DIGNA

São situações que precisam de encaminhamentos diversos. Em todos os casos de remoção (área de risco, determinação da Justiça etc) as pessoas serão tratadas com respeito, honestidade e sensibilidade: vou informá-las corretamente sobre o cronograma de ações e respeitá-lo; oferecer um cardápio de boas alternativas: moradia popular bem localizada (produzirei), carta de crédito para financiamento de imóvel e aluguel social (em valor razoável!). Vou levar em consideração e preservar laços de parentesco, amizade e local de estudo e trabalho. No caso da Favela do Moinho, por exemplo, vou edificar moradia popular na ZEIS (*Zonas Especiais de Interesse Social*) mais próxima. Para a população de rua, vai haver várias portas de entrada no sistema público de Assistência Social - albergues diferenciados (para mães com filhos, idosos, casais) com instalações adequadas; locais de abrigo com regras menos rígidas; garantia de atendimento em Saúde Física e Mental; portas de saída para reinserção gradual até que a pessoa possa reconquistar sua autonomia.

VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER

Com educação, informação e conscientização. Vou promover o respeito e combater a cultura que ainda existe de que mulheres “merecem” ser agredidas e os homens “têm o direito” de agredi-las. Isso será trabalhado entre o próprio funcionalismo e na máquina da Prefeitura, difundido nas escolas e comunidades, abordado em campanhas inteligentes na mídia. Os funcionários da Educação, Saúde, Assistência Social e os Conselheiros Tutelares, em especial, têm de ser capacitados e orientados sobre como perceber, lidar e encaminhar casos de violência. As mulheres têm de ter abrigos, contar com mais Centros de Referência e apoio à Vítima - CRAVI's (vou criar, na Prefeitura) e suporte psicológico e financeiro para serem empoderadas e conseguirem se libertar do ciclo de violência. Não podem ter medo de denunciar os agressores, seja pela razão que for - receio de represália ou medo de ficarem desamparadas.

Entrevista

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é um órgão judicial autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA) que busca aplicar e interpretar a Convenção Americana de Direitos Humanos e outros tratados realizados entre os países membros. Com sede em San José (Costa Rica), composta por 7 juízes, exerce as competências contenciosa e consultiva.

Na forma contenciosa, conhece dos casos em que se alegue que um Estado membro tenha violado um direito protegido pela Convenção. As pessoas, grupos, entidades e instituições públicas autônomas - como a Defensoria Pública - ou seja, que não sejam o Estado, não têm capacidade de impetrar casos junto à Corte. Para tanto, devem recorrer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CDHI), com sede em Washington (EUA).

A Comissão pode, assim, levar os assuntos à Corte sempre que o Estado questionado tenha reconhecido sua competência. Os EUA, por exemplo, não reconhecem a competência contenciosa da Corte, mas mesmo assim, como Estado membro, podem indicar juízes componentes. Essa é apenas uma das contradições internas. No entanto, é inegável que o órgão serve e continuará servindo de referência de atuação para a Defensoria Pública no Brasil no que se refere à proteção dos Direitos Humanos.



PABLO SAAVEDRA

O jurista Pablo Saavedra é o secretário-geral da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em Fortaleza (CE), no último mês de agosto, participou do V Congresso da AIDEP (Associação Interamericana de Defensorias Públicas). Após o painel em que palestrou juntamente com o presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), José de Jesús Orozco Henríquez, ele concedeu a seguinte entrevista à revista “APADEP em Notícias”:

APADEP: Como o senhor avalia a importância desse Congresso da AIDEP e de encontros similares para o fortalecimento da Defensoria Pública no Sistema Interamericano, principalmente no Brasil?

Pablo Saavedra: Acredito que é fundamental esse tipo de atividade. São 800 pessoas aqui, onde ocorre a divulgação do papel que tem a Corte Interamericana, para que defensores, juízes, etc, conheçam e utilizem as decisões no Sistema Interamericano e os *estandares* internacionais. É, como dizemos, um efeito dominó. Estou absolutamente contente com a minha participação, principalmente no Brasil, um país novo na Corte e o mais populoso. É importante que aqui se conheça e se

faça uso do Sistema Interamericano para provocar mudanças neste país com a maior concentração de pessoas da região. Quando falamos de 500 milhões de pessoas sob a nossa jurisdição e há praticamente 200 milhões só aqui no Brasil, vemos a importância de trabalhar no país.

APADEP: O Brasil se incorporou em 1998, correto?

Pablo Saavedra: Sim, ele se incorporou à jurisdição da Corte Interamericana em 1998, o que representa apenas 14 anos. Então, do ponto de vista jurisdicional, é um país relativamente jovem. A Corte já existe há 35 anos e o Brasil completará 15. É o país que mais recentemente



se incorporou. E isso é algo que não se faz de um dia para o outro, é uma mudança cultural, importante. Então, digamos, é uma maratona a se percorrer.

APADEP: Como garantir então uma maior participação dos defensores públicos no Sistema Interamericano?

Pablo Saavedra: Acredito que é entender que o Sistema Interamericano, que está absolutamente aberto ao defensor interamericano, representa o acesso à justiça. O sistema interamericano amplia o acesso à justiça nacional para a internacional, é um direito humano. Não é uma prerrogativa pessoal, é acesso à justiça internacional. Por isso, nas oportunidades em que os defensores interamericanos entendem que em seus casos há violações ao devido processo, o que também é uma violação ao instrumento internacional, eles têm uma maneira de recorrer. Eu conheço pouco o funcionamento da Defensoria Pública no dia-a-dia, mas posso dizer, com toda certeza, que é cada vez mais crescente o interesse pelo sistema interamericano, de como fazer e se sentir parte dele.

APADEP: Você citaria o exemplo de algum país similar ao Brasil, com os mesmos problemas sociais, que possa ser um exemplo de atuação da Defensoria Pública junto à Corte?

Pablo Saavedra: Acredito que um caso exemplar de Defensoria Pública é na Argentina. É uma Defensoria autônoma e na próxima semana teremos o primeiro caso levado por ela ao Sistema Interamericano. Também a Guatemala, que foi o primeiro país em que a Defensoria levou um caso de pena de morte à Corte Interamericana e produziu uma grande mudança local, onde não se aplica mais a pena capital, tendo sido substituída por penas de privação de liberdade em casos de dezenas de pessoas que estavam no corredor da morte. A Defensoria Pública dos países representam a grande maioria dos setores vulneráveis, são 80, 90% das causas, e pessoas que realmente não tem acesso a um advogado privado. Então, a Defensoria é uma maneira de levar os

Direitos Humanos aos setores mais vulneráveis.

Isso não diminui a importância das ONG's tradicionais, da sociedade, pois há trabalho para todos. Defensoria e ONG's têm espaço garantido no Sistema Interamericano.

APADEP: Quais seriam as obrigações que o Estado brasileiro tem para dar como resposta à ação violenta da Polícia Militar? Só no estado de São Paulo, por exemplo, a PM mata mais que a polícia dos EUA...

Pablo Saavedra: Houve recente atuação em um caso mexicano, onde houve algum tipo de abuso por parte da polícia e ficou o *estandare* sobre a matéria. Mas quem trabalha muito sobre o tema é a Cruz Vermelha. A respeito do uso permitido da força ela seria uma interlocutora importante.

APADEP: Mas há um número considerável de denúncias dos países membros com relação à violência policial? Alguma denúncia recente?

Pablo Saavedra: É que há diferentes tipos de denúncia. Violência policial depende de como a entendemos, mas houve casos na Argentina, como o de um rapaz que faleceu por uma ação violenta, mas foi reconhecido pelo Estado argentino a responsabilidade. Temos o caso da Venezuela, conhecido como o "Caracazo", também um caso policial, e temos o caso da Guatemala sobre crianças de rua. Então há casos de diversos tipos.

APADEP: Por último, qual a sua avaliação do Congresso? Algum debate em especial?

Pablo Saavedra: Chama a atenção que, mais ou menos, as problemáticas se repetem em todos os países. Quando um defensor expunha seus problemas, vinha outro e dizia que vivia um quadro similar. Aí se vê a importância do Sistema Interamericano, onde a atuação em problemas estruturais pode levar a uma mudança social mais profunda, que beneficie o Estado, as vítimas e a sociedade em seu conjunto.



V Congresso da AIDEF reuniu mais de 800 participantes

O V Congresso da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF), realizado de 15 a 17 de agosto na cidade de Fortaleza (CE), reuniu mais de 800 participantes, entre defensores públicos brasileiros e estrangeiros de todo o continente americano. Conferências, palestras e painéis discutiram a atuação das Defensorias em prol da

efetivação dos Direitos Humanos na América. O evento contou com importantes autoridades internacionais, como o presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, José Jesús Orozco Henríquez, o diretor de Assuntos Legislativos da Organização dos Estados Americanos (OEA), Dante Negro, e o Secretário-Geral da Corte Americana de Direitos Humanos, Pablo Saavedra. Durante a solenidade de abertura, foram citadas como exemplo parcerias importantes da Comissão Interamericana com a AIDEF, como os cursos de formação, um realizado em maio, em Washington (Estados Unidos), e outro para 60 defensores públicos na segunda-feira e terça-feira antes do Congresso. Ao final, a Assembleia Geral da Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADEP) definiu “Execução Penal” - o papel do defensor público na garantia dos direitos humanos dos encarcerados - como o tema para a Campanha Nacional da Defensoria Pública em 2013.

Projeto de criação de mais 400 cargos de defensores em SP obtém parecer favorável na Alesp

O PLC 27, que cria 400 novos cargos de defensor público no estado de SP (a serem providos nos próximos 4 anos) obteve parecer favorável na Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa estadual (Alesp). O voto foi apresentado pela relatora da Comissão, deputada Maria Lucia Amary (PSDB). O PLC, agora, segue para plenário. Defensoria Pública e movimentos sociais aguardam maior celeridade na aprovação, uma vez que a prova oral do concurso em andamento, última fase do certame, será realizada entre os dias 2 e 5 de outubro.

Decisão liminar do TJ-SP suspende cobrança do IAMSPE

Importante decisão para os associados e associadas da APADEP. Por meio de seu renomado escritório de advocacia “Marinho & Valim Associados”, a Associação obteve em setembro, junto ao TJ-SP, liminar suspendendo a cobrança mensal feita pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE). A APADEP já oficiou a Defensoria Pública-Geral com a lista atualizada de todos os associados para operacionalização da decisão.

FRASE



“ O que precisamos transmitir para o governo é que nós não somos cifras. O aparelhamento da Defensoria Pública não passa só pelo viés de quanto custaria aos cofres públicos, mas ao bem que faria para a população ter ao seu dispor defensores públicos para eventualmente reparar injustiças. ”

Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público-Geral da União, em entrevista ao “Conjur”, quando da mobilização recente dos defensores públicos federais por maior estruturação da carreira. As ações surtiram efeito. A presidenta Dilma Rousseff sancionou, em setembro, lei que cria mais 789 cargos da carreira federal.